

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	15
1. Os problemas da prova de estados subjetivos. Limites da investigação .....	17
2. Sequência da investigação.....	29
CAPÍTULO I - ESTADOS SUBJETIVOS: CONCEITO E RELEVÂNCIA PARA O DIREITO .....	39
§1º Breves considerações sobre a natureza dos estados subjetivos e o seu papel na ação humana.....	41
§2º A relevância dos estados subjetivos para o Direito .....	44
2.1. A negação da relevância dos estados subjetivos: Fundamentos	
Apreciação crítica. O significado da <i>irrelevância</i> .....	44
2.1.1. Afastamento <i>da ideia de Direito</i> como fundamento da irrelevância dos estados subjetivos para a Ordem Jurídica....	45
2.1.2. Distinção entre a <i>não regulação</i> de um facto pelo Direito e a <i>não atribuição de relevância</i> àquele pela Ordem Jurídica. Aplicação de um critério estritamente jurídico-objetivo na atribuição de relevância aos estados subjectivos .....	51
2.1.3. Da (in) cognoscibilidade dos estados subjectivos.....	53
2.2. Campos de relevância dos estados subjetivos no Direito Civil.....	55
CAPÍTULO II - A PROVA DOS ESTADOS SUBJETIVOS .....	67
§1º A demonstração do estado subjetivo através de presunções judiciais. Características do raciocínio presuntivo judicial e critérios de justificação da verificação do estado subjetivo .....	69
1.1. A necessidade de recurso a prova mediata ou indireta. Realização da prova dos estados subjetivos por meio de presunções judiciais.....	71
1.2. Raciocínio presuntivo judicial e regras de experiência .....	81
1.2.1. A presunção judicial como tipo de raciocínio lógico. A regra de experiência enquanto regra de lógica que rege o raciocínio presuntivo .....	81
1.2.1.1. Introdução. Sobre a demonstração de factos no processo: limitações e critérios de justificação .....	82
1.2.1.1.1. Verdade de uma proposição, realidade e linguagem. O juízo do julgador sobre a verdade de uma proposição: correspondência <i>versus</i> coerência.....	84
1.2.1.1.2. Limitações ao conhecimento da verdade pelo juiz: o juízo sobre factos passados. A coerência como critério de aferição da verdade .....	91
1.2.1.1.3. As relações de coerência proposicional no juízo decisório .....	94
1.2.1.1.3.1. Coerência narrativa <i>versus</i> coerência como critério de verdade. Relação entre a prova e as proposições integrantes do juízo decisório.....	94
1.2.1.1.3.2. A rede proposicional: complexidade e tipos de relações de coerência.....	99
1.2.1.1.3.3. O sentido das relações de coerência .....	103
1.2.1.2. Estrutura, relações de coerência e relações de correspondência na rede proposicional do raciocínio presuntivo judicial .....	106
1.2.1.2.1. A estrutura do raciocínio presuntivo judicial.....	106
1.2.1.2.2. Estrutura da regra de experiência e relações de correspondência entre os factos-base da presunção judicial e a regra de experiência.....	111
1.2.2.2.3. Relações de coerência entre a proposição-base da inferência e a proposição inferida e entre a regra de experiência e a proposição inferida.....	115

1.2.1.3. Critérios de justificação da decisão sobre a verificação de um estado subjetivo: os meios de prova e a coerência proposicional.....	120
1.2.1.4. Rejeição da qualificação das presunções judiciais como meios de prova.....	124
1.2.1.5. Afastamento da designação prova por presunção judicial.....	125
1.2.1.6. As presunções judiciais como meios de dispensa de prova ou de inversão do ónus da prova: remissão.....	127
§2º Ónus de alegação e prova dos estados subjetivos.....	127
2.1. Generalidades.....	130
2.1.1. Sobre a (in) existência, em matéria de prova, de um ónus em sentido técnico-jurídico.....	130
2.1.2. A interpretação do artigo 342º do CC à luz da <i>teoria da norma</i> .....	137
2.2. Demonstração e impugnação da verificação dos estados subjetivos.....	141
2.2.1. Interpretação dos artigos 5º do CPC e 342º do CC.....	141
2.2.1.1. A interpretação atualmente realizada pela doutrina nacional: os conceitos de factos essenciais, complementares e instrumentais no contexto daqueles preceitos normativos.....	141
2.2.1.2. O regime de alegação e prova dos factos-base da presunção judicial à luz da interpretação atual dos artigos 5º do CPC e 342º do CC.....	150
2.2.1.3. Críticas à atual interpretação dos artigos 5º do CPC e 342º do cc. Interpretação teleológica e sistemático-interna destes preceitos normativos.....	152
2.2.1.3.1. O critério da subsunção à regra jurídica, a causa de pedir e as contradições linguísticas.....	152
2.2.1.3.2. A insuficiência do critério da subsunção à regra jurídica para a distinção entre factos essenciais e factos complementares. A hipótese da causa de pedir complexa.....	156
2.2.1.3.3. A insuficiência do critério da subsunção à regra jurídica na distinção entre factos essenciais e factos instrumentais. Os conceitos de <i>instrumentalidade</i> e de <i>essencialidade</i> em sentido técnico-jurídico.....	160
2.2.1.3.4. O princípio dispositivo: extensão e limites.....	167
2.2.1.4. A influência do princípio dispositivo sobre o regime probatório dos factos-base da presunção judicial.....	181
2.2.1.5. A função do facto na narrativa da parte como critério operativo no plano epistémico.....	185
2.2.1.5.1. As narrativas factuais no processo.....	186
2.2.1.5.2. A qualificação dos factos à luz do critério da função do facto na narrativa da parte.....	196
2.2.1.6. A interpretação dos artigos 342º do CC e 5º do CPC à luz do argumento sistemático.....	204
2.2.1.7. A não recondução dos factos-base da presunção judicial destinada a demonstrar a verificação de um estado subjetivo que seja pressuposto normativo ao conceito técnico-jurídico de instrumentalidade.....	215
2.2.2. Do regime de alegação e prova dos factos-base da presunção judicial destinada a demonstrar a verificação de um estado subjetivo que é pressuposto normativo. Alegação e prova do facto presumido.....	218
2.2.3. Do regime probatório das regras de experiência.....	248
2.2.3.1. Estrutura e características das regras de experiência.....	249
2.2.3.1.1. A generalidade como critério para a qualificação de uma afirmação de facto como regra de experiência..	249
2.2.3.1.2. A generalidade enquanto referência a uma classe de acontecimentos e a generalidade enquanto característica do sujeito das regras de experiência: distinção.....	253
2.2.3.1.3. Sobre o conceito de notoriedade de uma afirmação de facto.....	255
2.2.3.1.4. Determinação das regras de experiência que podem ser utilizadas no processo decisório à luz do critério do fundamento da convicção.....	266
2.2.3.2. Da alegação e prova das regras de experiência.....	275
2.2.3.2.1. Regras de experiência notórias.....	277
2.2.3.2.2. Regras de experiência não notórias.....	281
2.2.3.3. Dos meios de demonstração da verdade da regra de experiência.....	293
2.2.3.4. Da demonstração da falsidade da regra de experiência que rege o raciocínio presuntivo judicial.....	297

CAPÍTULO III - A FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO EM APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE JUSTIFICAÇÃO DA VERIFICAÇÃO DO ESTADO SUBJETIVO.....	303
1.1. Sobre o juízo decisório enquanto juízo de probabilidade. Valor probatório dos meios de prova, dos tipos de raciocínio lógico e da rede proposicional .....	305
1.2. Da capacidade do raciocínio presuntivo judicial em espelhar em espelhar a realidade dos factos. Admissibilidade de uma decisão de facto exclusivamente baseada em presunções judiciais .....	313
1.3. Das exigências de fundamentação da decisão baseada em presunções judiciais.....	317
CAPÍTULO IV - LITISPENDÊNCIA E CASO JULGADO.....	327
§1º A causa de pedir nos institutos da litispendência e do caso julgado, quando estejam em causa duas ações sobre a verificação do mesmo estado subjetivo que seja pressuposto normativo.....	329
CAPÍTULO V - REGIME RECURSAL .....	341
§1º Considerações gerais.....	343
§2º Recurso de Apelação .....	345
§3º Recurso de Revista .....	360
3.1. Delimitação da competência do Supremo Tribunal de Justiça à luz da distinção entre questão-de-facto e questão-de-direito.....	360
3.2. A natureza das regras de experiência aplicadas nas presunções judiciais: questão-de-facto, questão-de-direito ou <i>tertium genus</i> ? .....	364
3.3. Da competência do Supremo Tribunal de Justiça para sindicar a utilização de regras de experiência .....	373
CONCLUSÕES .....	383
BIBLIOGRAFIA.....	395